

Corpos negligenciados: lutando por outras pedagogias no chão da escola

Alan Camargo Silva¹ 

Pedro Henrique Zubcich Caiado de Castro² 

ARROYO, M. G. *Vidas re-existentes: reafirmando sua outra humanidade na história*. Petrópolis: Vozes, 2023.

O livro “Vidas *re-existentes*: reafirmando sua outra humanidade na história” (volume 1), publicado pela editora Vozes em 2023, foi redigido pelo Prof. Dr. Miguel Gonzalez Arroyo. A solidez teórico-epistemológica do autor permite, desde o início, observar potencial contribuição para o campo da educação e das humanidades.

O Prof. Dr. Miguel Gonzalez é graduado em ciências sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou seu doutorado em educação na Universidade de Stanford. Atualmente, é professor titular emérito da Faculdade de Educação da UFMG. Atuou como secretário-adjunto de educação da Prefeitura de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

À guisa introdutória, a obra é atravessada pela defesa dos diferentes coletivos sociais e o seu direito de reconstrução histórica. Nesse contexto, o papel da educação é imperativo no combate às opressões que afligem esses grupos – como movimentos indígenas, quilombolas, feministas, negros, LGBTQIAPN+, trabalhadores e demais sujeitos historicamente minorizados – e às determinações que buscam subalternizá-los. É nessa toada que o livro se desenvolve.

Após a breve apresentação, mais detidamente, a obra será escrutinada de forma mais detalhada. O livro foi construído a partir de nove capítulos, que não possuem títulos ou subtítulos. Cada capítulo foi elaborado a partir de premissas, provocações

¹ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Brasil.

² Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ou questionamentos ao longo de cada seção, que convergem para a perspectiva de reconhecer outra humanidade ou história no contexto da educação e da docência, fundamentado eminentemente em Paulo Freire, a saber.

No primeiro capítulo, Miguel Arroyo argumenta que re-existir é afirmar a vida como sendo o primeiro valor do humano. A noção de *re-existência*, conforme empregada por Miguel Arroyo, não se limita à resistência. Tal ideia expressa modos de viver, criar e afirmar a própria humanidade diante de opressões históricas e estruturais. Trata-se de existir novamente, de forma ativa e afirmativa, nos espaços onde se tentou negar a existência de determinados sujeitos. Reconhece-se que, por vezes, o Estado não protege os cidadãos e que, no campo da educação, se exige um aprendizado ético-político em mitigar ameaças a determinados sujeitos. Há o destaque para um debate sobre condenação e extermínio de um bio/necropoder do Estado que desumaniza certos coletivos. Nessa direção, Miguel Arroyo menciona os padrões classistas, racistas e sexistas que desvalorizam o humano e se apoia na defesa do sujeito de direitos humanos para que não roubem as múltiplas humanidades.

No segundo capítulo, o autor aponta que muitas vidas são ameaçadas desde a infância por um “extermínio colonizador” que afeta os percursos de escolarização. Por isso, segundo o autor, os estudos decoloniais são fundamentais para uma radicalidade pedagógica humanizante de re-existir. O texto avança lembrando que isso deve ocorrer na formação de leis, diretrizes, documentos etc. em não manter o poder sobre “subumanos”, isto é, que as próprias políticas (socio)educativas não sejam segregadoras, violentas e despolitizadas de um compromisso social. Miguel Arroyo defende uma pedagogia antipedagógica antiética, influenciada por padrões totalitários de caráter coloniais que afetam sobremaneira a classe trabalhadora.

No capítulo seguinte, Miguel Arroyo resgata a ideia de que existem diferentes coletivos denunciantes que insistem em apontar os padrões de poder econômico, social e político. Para ele, urge a necessidade de resistências coletivas humanizantes e históricas que combatam os processos educacionais que inferiorizam ou minorizam dados grupos sociais. Essa luta pela humanização pode se estabelecer a partir de ações afirmativas dos oprimidos que denunciem padrões de poder que decretam deficiências e subalternizações de humanidade. O autor apoia uma educação na direção de sujeitos de “autoconsciência” e “autossaber” para autoemancipação, um re-existir afirmante de

outra história para outras pedagogias valorizando outros sujeitos. Movimentos sociais operários, feministas, negros, indígenas e quilombolas são apenas alguns exemplos para a construção de outro paradigma de humano.

No capítulo quatro, Miguel Arroyo continua discutindo a relevância de entender os diversos humanismos para além da escola. Ele resgata, na história, que dados corpos são privilegiados e que algumas vidas falam por outras, fato este que reproduz relações de poder, em especial, de gênero, etnia, raça e classe social. Como consequência, isso define os critérios de humanidade, reforçando um paradigma colonial que invade as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e pedagógicas. O autor aponta a importância da valorização da noção de diferença na formação de professores com o intuito de questionar a ideia de “humano único e hegemônico”, um processo político, para ele, abissal e sacrificial.

O quinto capítulo cita a história das ideias pedagógicas e suas tensões políticas sobre humanismo. Miguel Arroyo sugere que os movimentos sociais e as políticas sociais ou educacionais podem ajudar nesse processo de re-existir, afirmando outros paradigmas de humano contra as opressões de desumanização. Nesse contexto, o autor exalta a potência da pedagogia do oprimido a fim de evitar o silenciamento de sujeitos coletivos. Ele ainda afirma haver a necessidade de desocultar a história da inumanidade para que os oprimidos possam desconstruir a dialética hegemônica.

No sexto capítulo, o autor aprofunda a discussão sobre a opressão como matriz de desumanização já que grande parte das pedagogias são calçadas em violências de todas as ordens. Estrategicamente, ele sugere compreender os oprimidos como se veem, isto é, a partir dos próprios coletivos minorizados. Para ele, existe uma dialética humano/inumano e a deficiência de humanidade que decretam a proibição de “ser outro”. Povos africanos, latino-americanos e originários seriam alguns exemplos de como as intervenções educativas podem incorporar ações afirmativas que reconhecem os outros pela diferença.

Na sequência, outro capítulo elaborado por Miguel Arroyo traz a perspectiva de trabalhar com indignações e perguntas a fim de desvelar sofrimentos e lutas de determinados grupos minorizados. O autor reitera sobre pedagogias que focalizam na formação humana e, ao mesmo tempo, se caracterizem por antipedagogias desumanizantes. Por essa ótica educacional, ele entende que se gera uma luta

por outra viabilidade com base em dialéticas que, por vezes, não estão presentes na escola.

No penúltimo capítulo, o autor traz à baila a crítica de que a história da educação costuma ser narrada apenas em uma versão única e hegemônica, tornando alguns sujeitos marginalizados e os subalternizando, principalmente quando ele se reporta às políticas de ensino e aos índices de mensuração de aprendizagem. Ele argumenta que opressão e desumanização não são meros “acidentes históricos”, mas regras construídas ao longo do tempo. Para o autor, cada vez mais, naturalizam-se as expropriações de direitos e os culturicídios de diferentes grupos humanos, tendo a pandemia da covid-19 como marco emblemático de visibilizar ou escancarar as diversas desigualdades sociais.

No último capítulo, Miguel Arroyo avança na crítica sobre a história linear de civilização, já que existem vozes de resistência contra opressões de todas as ordens. Ele argumenta que os oprimidos devem resistir a essas narrativas de barbáries desumanizantes e disputar padrões políticos, a fim de expor as irracionais antiéti-
cas e colonialistas que afetam os processos pedagógicos na escola. Isso exige uma conscientização a partir da rememoração das vítimas de um passado que persiste. Ele conclui que tais vozes abafadas dos inumanos interrogam os processos curriculares, documentos orientadores, materiais didáticos etc. em prol de defesas políticas e ético-pedagógicas das culturas originárias, uma alternativa para a formação humana e para a construção de identidades educadoras docentes.

Ante os nove capítulos apresentados, pode-se observar alguns pontos centrais que permeiam toda a obra. Nota-se o posicionamento em favor de uma educação que afeta – e é afetada – pelos seus nexos com a política (*lato e stricto sensu*). Põe-se em xeque as relações entre o Estado – e, por consequência, a educação formal – e o seu compromisso em defender a existência dos diferentes coletivos sociais. Sobre esse cenário, Cabello (2020, p. 43) afirma que “grupos sociologicamente minoritários vêm sendo repetidamente vítimas de violências físicas e simbólicas e de políticas que têm ameaçado sistematicamente a existência de formas de vidas assujeitadas por um poder colonial conservador e neoliberal [...]”.

Na esteira, a diferença é considerada um marcador positivo, a partir da qual os agentes que participam da educação se encontram e estabelecem outras formas de ser e estar no mundo – em oposição a um olhar homogeneizante e colonizador. Dessa

forma, os espaços educativos têm papel decisivo enquanto catalizadores de formas plurais de resistência ao controle, normatização e aniquilação dos sujeitos (Silva, 2022).

Em síntese, as categorias discutidas por Miguel Arroyo – como re-existência, humanização, diferença, opressão, subalternização e pedagogias anticoloniais – dialogam diretamente com a proposta enunciada no título desta resenha. “Corpos negligenciados” são justamente aqueles que, ao longo da obra, são denunciados como alvos de processos históricos de desumanização e silenciamento, seja por marcadores de classe, raça, etnia, gênero etc. A luta por “outras pedagogias no chão da escola”, por sua vez, anora-se na defesa de práticas educativas que reconheçam e afirmem a diversidade desses sujeitos, rompendo com lógicas homogeneizantes e excludentes ainda presentes na educação formal. Dessa forma, este livro se revela um convite urgente à reconstrução ética e política da docência, ancorada em projetos pedagógicos que não apenas reconheçam, mas se deixem afetar pela presença e pela voz desses sujeitos historicamente invisibilizados.

Aos profissionais da educação, o livro contribui ao ampliar a compreensão sobre como a escola e os ecossistemas educativos podem contribuir para desnaturalizar opressões e construir outros modos de produção de vida. Além disso, a obra enseja uma prática pedagógica que encontre no outro e na diferença alicerces inegociáveis para que o ensino e a aprendizagem ocorram.

Aos graduandos e pós-graduandos, mas não só, os argumentos desenvolvidos pelo autor nutrem um percurso formativo decolonizador que enxerga na escola básica pública instituição decisiva para as mudanças que desejamos ver. Assim sendo, o livro é um instrumento formativo potente para todos os que transitam no campo da educação.

Referências

Cabello, J. (2020). Por uma formação decolonial no campo da tradução e interpretação libras/língua portuguesa. *Revista Contemporânea de Educação*, 15(34), 40-59. <https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.36219>

Silva, D. V. (2022). Adorno, pseudoformação e universidade pública: O espaço acadêmico como formação e resistência. *Revista Contemporânea de Educação*, 17(40), 147-159. <https://doi.org/10.20500/rce.v17i40.53913>

Submetido em: junho de 2024

Aceito em: agosto de 2025

Sobre os autores

Alan Camargo Silva

Doutor em Saúde Coletiva (UFRJ). Coordenador do GTT Corpo e Cultura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (GTTCC-CBCE).

E-mail: alancamargo10@gmail.com

Pedro Henrique Zubcich Caiado de Castro

Doutor em Educação (UFRJ). Professor do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UERJ).

E-mail: zubufrj@hotmail.com